



Bruxelas, 28.7.2015
COM(2015) 366 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

sobre uma estratégia da União Europeia para a Região Alpina

{SWD(2015) 147 final}

1. INTRODUÇÃO

A Região Alpina é uma das mais ricas do mundo e uma das economicamente mais dinâmicas, inovadoras e competitivas da Europa, com características geográficas e naturais únicas. No entanto, a região enfrenta igualmente alguns desafios que requerem uma resposta comum:

- a globalização económica, que exige que os territórios se distingam do ponto de vista da competitividade e da inovação;
- a evolução demográfica, caracterizada sobretudo pelos efeitos combinados do envelhecimento, da baixa densidade populacional nas regiões de montanha e dos novos modelos migratórios;
- a elevada vulnerabilidade face às alterações climáticas e seus efeitos previsíveis sobre o ambiente, a biodiversidade e as condições de vida dos seus habitantes;
- o desafio energético, cuja gestão deve permitir satisfazer a procura de uma forma sustentável, segura e acessível financeiramente;
- a sua situação geográfica específica na Europa, enquanto região de trânsito;
- um elevado grau de sazonalidade, especialmente em algumas zonas turísticas.

Subsistem ainda diferenças significativas entre as diferentes zonas da região (por exemplo, entre as zonas montanhosas e pré-montanhosas alpinas).

O Conselho Europeu de 19 e 20 de dezembro de 2013 convidou a Comissão, em colaboração com os Estados-Membros, a elaborar uma estratégia da UE para a Região Alpina (EUSALP) até junho de 2015, baseando-se nos sólidos antecedentes de cooperação existentes na região. A estratégia irá produzir efeitos sobre cerca de 80 milhões de pessoas e 48 regiões (mapa em anexo) de sete países, cinco dos quais são Estados-Membros da UE (Alemanha, França, Itália, Áustria e Eslovénia) e dois são países terceiros (Listenstaine e Suíça). A área geográfica que a estratégia macrorregional se propõe abranger é particularmente indicada para o desenvolvimento sustentável da Região Alpina, para promover o crescimento em toda a Europa e a solidariedade recíproca entre as zonas de montanha e os territórios alpinos circundantes.

A estratégia abrangerá as seguintes áreas de política temática: 1) crescimento económico e inovação; 2) mobilidade e conectividade; e 3) ambiente e energia.

A estratégia beneficiará do papel ativo das regiões alpinas apoiadas pelos Estados-Membros e da experiência de um grande número de estruturas de cooperação já presentes na área, além de assentar no trabalho já desenvolvido antes de a Comissão ter iniciado a elaboração da estratégia¹.

2. DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Os trabalhos preparatórios acima referidos têm ajudado a identificar os principais desafios que beneficiariam de uma resposta macrorregional. Os parceiros da estratégia podem aproveitar as oportunidades oferecidas pela região em termos de dinamismo económico, competitividade, elevado valor dos recursos naturais e culturais e uma longa tradição de cooperação.

Inovação e PME: a região depara-se com as seguintes limitações:

- cooperação interalpina para a investigação e a inovação;

¹ Ver introdução ao plano de ação.

- aplicação dos resultados atuais da investigação e inovação (I&I);
- mercados locais fragmentados espacialmente;
- disparidades sociais no âmbito da inovação;
- oportunidades de financiamento;
- tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e serviços de interesse geral;
- forte migração das zonas rurais devido à falta de infraestruturas; e
- capitalização dos resultados da investigação aplicada.

No entanto, a região é também uma zona de acolhimento para os principais intervenientes mundiais no domínio da I&I, oferecendo um forte potencial de desenvolvimento global. Existem importantes concentrações de pequenas e médias empresas (PME) em zonas diferentes da região e muitas delas estão organizadas em polos empresariais, criando uma economia territorial que proporciona uma base sólida para a inovação, assente em estratégias de especialização inteligentes e que permitem que as empresas se tornem mais competitivas em domínios de particular relevância para a região (como a energia e as tecnologias verdes, a mecatrónica e a engenharia, a química e os novos materiais, e ainda as TIC).

Agricultura e silvicultura: os produtos, incluindo os produtos de montanha e os produtos de qualidade, bem como os serviços de base agrícola e silvícola oferecem um potencial significativo (por exemplo, para a bioeconomia) ao longo de toda a cadeia de valor (incluindo o setor dos produtos farmacêuticos e o da construção em madeira). A subida na cadeia de valor constitui uma oportunidade para que as zonas rurais e urbanas da região possam trabalhar em conjunto. Os agricultores contribuem para uma gestão sustentável dos solos e prestam serviços ecossistémicos.

Turismo: a região é um destino turístico muito importante, sobretudo no inverno, mas o fluxo de turistas distribui-se de modo muito desigual pela região. Este aspeto poderá ser melhorado através de uma abordagem concertada do turismo sustentável e acessível, que envolva medidas em matéria de I&I, de PME e de formação para o mercado de trabalho. Tais medidas poderiam contribuir para uma melhor distribuição geográfica e sazonal do mercado do turismo na região e para a criação de crescimento e de emprego.

Transportes e conectividade: a região é uma importante encruzilhada europeia e, enquanto zona de trânsito, constitui um obstáculo para a Rede Europeia de Transportes. Vários corredores da rede rodoviária estão perto da saturação, provocando graves problemas sanitários (ruído e poluição atmosférica). Entre outros desafios, contam-se:

- o aumento dos volumes de tráfego;
- a ausência de regulamentação harmonizada das políticas de transporte de mercadorias;
- e
- o facto de representar uma grande parte do transporte rodoviário de mercadorias.

Além disso, e dado que a qualidade do ar é insuficiente em muitas zonas da região, conviria alinhar as medidas relativas aos transportes com os planos regionais de mobilidade sustentável, os planos regionais sobre qualidade do ar e os programas nacionais de controlo da poluição atmosférica, de modo a potenciar a sua articulação e sinergias. A acessibilidade das zonas remotas e despovoadas constitui também um desafio em muitas áreas onde os transportes públicos (principalmente comboios locais) precisam de ser modernizados. É preciso encontrar um equilíbrio entre a conectividade necessária e a utilização prudente das terras. A promoção e facilitação dos projetos em matéria de transportes sustentáveis poderia criar ligações entre a região alpina e as zonas circundantes, para benefício de ambas. A e-

conectividade (especialmente através da Internet de elevado débito) a uma escala macrorregional permitiria, também, criar novas oportunidades tecnológicas para desenvolver os serviços e descentralizar as empresas.

Ambiente e património cultural: os Alpes constituem a segunda maior sede da biodiversidade na Europa, logo depois do mar Mediterrâneo, e um dos mais importantes reservatórios de água da Europa. O património histórico e cultural da região é igualmente um dos seus ativos mais fortes. Esses recursos são amplamente utilizados e existe uma forte competição pelo solo e pela água, que são bens necessários em vários domínios, como energéticos, populacionais, turísticos, agrícolas e silvícolas, além de industriais. É indubitável que se coloca assim um desafio na procura de modelos de desenvolvimento sustentável que podem ter efeitos sobre os ecossistemas. O uso intensivo das terras tem um impacto negativo sobre o ambiente e o declínio das populações nas zonas remotas teve consequências muito graves para a estabilidade dos solos, a conservação da biodiversidade e a preservação da cultura. À luz do impacto das alterações climáticas que se fizeram sentir sobre as reservas alpinas de água, verifica-se uma necessidade de reduzir consideravelmente as atividades neste domínio.

Alterações climáticas e prevenção de riscos: a região é extremamente vulnerável aos impactos adversos das alterações climáticas e enfrenta um risco particularmente elevado de inundações, aluimentos de terras e alterações dos recursos hídricos. O turismo, a agricultura e a silvicultura estão entre os setores mais vulneráveis diretamente afetados pelo aquecimento do planeta e os fenómenos meteorológicos extremos. Uma melhor coordenação das políticas comunitárias, nacionais e regionais e uma rápida implementação de ações coordenadas a nível macrorregional poderão reduzir estes riscos.

Energia: os regimes de apoio e as políticas europeias, nacionais e regionais sobre as barreiras não financeiras que se colocam às energias renováveis e à eficiência energética são diferentes consoante os países e têm de ser mais bem articulados. A eficiência das centrais hidroelétricas existentes poderia ser aumentada e consideradas outras fontes de energia renováveis. A eficiência energética traz oportunidades para a tecnologia, a consultoria, os investimentos e a engenharia no setor dos serviços com baixas emissões de carbono, ajudando a região a ocupar uma posição de liderança no desenvolvimento da I&D e nos recursos energéticos renováveis, graças a um aumento das medidas de proteção do ambiente destinadas a apoiar a transição para as tecnologias com baixa dependência do carbono. O fomento da cooperação pode ajudar a desenvolver as oportunidades futuras da região como um espaço de armazenamento de potência em picos de carga, bem como o desenvolvimento de instrumentos e procedimentos para equilibrar os interesses de uma produção de energia sustentável com outros usos do solo e funções de proteção.

Questões institucionais: a longa tradição de cooperação resulta num grande número de estruturas que operam na zona com diferentes âmbitos geográficos e temáticos e com diferentes sistemas de governação. Seria útil, por conseguinte, melhorar a coordenação entre os intervenientes, garantindo a articulação das iniciativas já lançadas, colmatando as lacunas e evitando a duplicação de esforços e de financiamento, incluindo dos instrumentos financeiros. Esta abordagem deverá encorajar os participantes a ultrapassar as fronteiras nacionais e setoriais e as barreiras culturais e ajudar a reduzir a compartimentação entre as políticas setoriais, os diversos intervenientes e os vários níveis de governação.

3. RESPOSTA: UM PLANO DE AÇÃO

As estratégias macrorregionais podem suportar o embate destes desafios e mesmo beneficiar das oportunidades deles decorrentes, enquadrando as ações coletivas ou conjuntas e reunindo as ações e os intervenientes regionais para lhes imprimir um maior valor acrescentado. No seu relatório sobre o valor acrescentado das estratégias macrorregionais², a Comissão recomendou que as novas estratégias macrorregionais se concentrassem num número limitado de objetivos claramente definidos, em conformidade com as necessidades da estratégia particular da macrorregião para uma melhor cooperação de alto nível. É uma abordagem que apenas deve ser utilizada quando o envolvimento da UE é apropriado e as políticas horizontais existentes da UE podem sair reforçadas.

Para tal, será lançado um plano de ação evolutivo que acompanha a comunicação (sujeito a atualizações e revisões conforme adequado). O plano articula-se em torno de três objetivos temáticos interdependentes que incidem sobre a prestação de:

1. acesso equitativo às oportunidades de emprego, com base no elevado grau de competitividade da região;
2. acessibilidade interna e externa sustentável;
3. um quadro ambiental mais inclusivo e soluções energéticas renováveis e fiáveis para o futuro

E um objetivo transversal, assente num:

4. bom modelo de governação macrorregional para a região, a fim de melhorar a cooperação e a coordenação da ação.

No âmbito de cada um destes objetivos, foram definidas determinadas medidas. Destinam-se a apoiar estes objetivos políticos da UE, incluindo os que se revestem de uma dimensão territorial.

Os objetivos e as ações para cada domínio de intervenção são indicados a seguir³.

3.1. Acesso equitativo às oportunidades de emprego, com base no elevado grau de competitividade da região

Este objetivo visa melhorar a competitividade, a prosperidade e a coesão da região alpina.

As ações principais são:

1) Ação 1: Desenvolver um ecossistema de investigação e de inovação eficaz

Alguns dos Estados-Membros e das regiões da zona revelam níveis elevados de inovação no painel de Avaliação da Inovação da União, e a maior parte desenvolveu estratégias de especialização inteligente que proporcionam um bom ponto de partida para o desenvolvimento de um sistema centrado em questões temáticas de especial relevância para a região (como a agricultura e a silvicultura, o turismo, etc.) onde se interligam os ativos complementares existentes.

² COM(2013) 468 final de 27.6.2013.

³ A ações e os objetivos são descritos em mais pormenor no documento de trabalho dos serviços da Comissão.

2) Ação 2: Aumentar o potencial económico dos setores estratégicos

As PME são uma parte importante da economia e do mercado de trabalho da região alpina. É necessário um trabalho constante de adaptação à evolução das condições, de manutenção da inovação e de preservação das vantagens competitivas existentes, mediante a garantia de um desenvolvimento sustentável. Os setores dos produtos e serviços de base agrícola e silvícola em toda a cadeia de valor e em novas cadeias de valor nos setores da bioeconomia e dos produtos de base biológica, do turismo, da energia, da saúde e da alta tecnologia são setores estratégicos específicos da região alpina nos quais as PME se podem tornar mais competitivas e sustentáveis.

3) Ação 3: Melhorar a adequação do ensino e da formação ao mercado de trabalho de setores estratégicos

Em relação ao resto da Europa, a região alpina possui um mercado laboral favorável, com elevadas taxas de emprego em muitos domínios. No entanto, a estratégia poderá ajudar a que grandes partes da região melhorem o seu acesso a uma mão de obra qualificada com as competências certas para fazer face à «fuga de cérebros» das áreas remotas, que sofrem de despovoamento. A estratégia também poderá ajudar os jovens a aceder a oportunidades laborais. Estes benefícios dependem da manutenção da livre circulação das pessoas.

3.2. Acessibilidade interna e externa sustentável

Este objetivo visa melhorar a sustentabilidade e a conectividade dos transportes na região e entre esta e o resto da Europa. É necessário interligar os transportes sustentáveis e as redes de banda larga para o desenvolvimento da região. Uma melhor cooperação pode reduzir os pontos de estrangulamento e complementar as redes de infraestruturas e os quadros regulamentares. Os programas coordenados de vigilância do tráfego e os transportes multimodais podem reforçar a competitividade e melhorar o bem-estar da população.

As ações principais são:

1) Ação 4: Promover a intermodalidade e a interoperabilidade no transporte de passageiros e de mercadorias

O principal objetivo de reduzir o impacto ambiental dos transportes nos Alpes deve ir de par com boas conexões a nível local, a fim de garantir o equilíbrio do desenvolvimento demográfico e económico de toda a região. Para além de facilitar a realização dos objetivos da rede transeuropeia de transportes e de projetos similares em matéria da transição do tráfego rodoviário de mercadorias para o ferroviário, são cruciais medidas complementares destinadas a assegurar que as ligações da rede transeuropeia de transportes (incluindo as ligações transfronteiras) também vêm beneficiar a região.

2) Ação 5: Interligar as pessoas por via eletrónica e promover a acessibilidade aos serviços públicos

A Região Alpina é caracterizada pela presença de comunidades escassamente povoadas em zonas remotas, onde a falta de investimento em ligações de banda larga terrestre teve um efeito prejudicial sobre os serviços oferecidos e contribuiu para a continuação do despovoamento dessas zonas. A tecnologia oferece soluções (como a banda larga por satélite) que, para serem eficientes, devem ser implementadas a uma escala suficientemente importante.

3.3. Um quadro ambiental mais inclusivo e soluções energéticas renováveis e fiáveis para o futuro

Os objetivos globais são:

- preservar o património ambiental do espaço alpino;
- ajudar a região a beneficiar dos seus recursos de várias formas, incluindo a energia; e
- lidar com os resultados previsíveis das alterações climáticas, incluindo a prevenção de riscos naturais importantes.

As ações principais são:

1) Ação 6: Preservar e valorizar os recursos naturais, incluindo a água e os recursos culturais

O ambiente da região alpina é extremamente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas. Os recursos devem ser utilizados de forma proporcional. Esta ação tem dois objetivos principais:

- reforçar os ativos constituídos pelos recursos naturais e culturais alpinos para obter um elevado nível da qualidade de vida na região; e
- assegurar a utilização mais eficiente dos recursos naturais e culturais existentes.

2) Ação 7: Desenvolver a conectividade ecológica em todo o território da EUSALP

A integridade e o funcionamento dos ecossistemas, incluindo a conservação da biodiversidade e a prestação de serviços ecossistémicos, dependem muito da existência de uma conectividade ecológica. Atualmente, os corredores ecológicos e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas não protegidas, são muito pouco promovidos.

3) Ação 8: Melhorar a gestão do risco e gerir melhor as alterações climáticas, incluindo a prevenção dos principais riscos naturais

Devido à sua geomorfologia, a região alpina é extremamente vulnerável às catástrofes naturais e às alterações climáticas. No que respeita às catástrofes naturais, esta ação incidirá sobre a realização de uma avaliação dos riscos adequada e exaustiva e sobre a implementação de uma política de gestão dos riscos de catástrofe a nível regional. No que diz respeito às alterações climáticas, a atenção incidirá em especial sobre a realização de uma avaliação exaustiva da vulnerabilidade dos setores e sistemas suscetíveis de serem afetados pelas alterações climáticas e sobre o desenvolvimento de uma estratégia regional em matéria de adaptação às alterações climáticas.

4) Ação 9: Transformar a região num modelo de eficiência energética e energias renováveis

Esta ação incide sobre a promoção da eficiência energética e a produção e utilização de energias renováveis na região alpina, em consonância com o quadro de eficiência energética da UE e o pacote da União da Energia. A política energética na região centra-se na eficiência energética dos setores público e privado. Poderia ser alcançada uma redução significativa do consumo de energia, em particular no setor da habitação. A região alpina tem grande potencial para a produção de energia renovável que deve ser desenvolvido de forma equilibrada, tendo em conta os custos e as questões de uso do solo e atendendo a aspetos sociais.

3.4. Um bom modelo de governação macrorregional para a região, a fim de melhorar a cooperação e a coordenação da ação

A execução da estratégia exige:

- a criação de um modelo de governação eficaz que envolva os participantes na execução e o reforço da cooperação e da coordenação entre outras instituições pertinentes e as partes interessadas⁴ na região; e ainda,
- a alteração do processo decisório, evitando a governação fragmentada, aumentando a partilha de conhecimentos e a coordenação, tanto entre os diferentes níveis de governo como entre organizações da administração local ao mesmo nível.

A experiência adquirida com as estratégias macrorregionais mostra que os mecanismos de governação simplificados são cruciais para uma execução eficaz. A experiência revela igualmente que a governação transfronteiras dos sistemas é complexa e que o processo da sua fixação é inevitavelmente gradual. O relatório de maio de 2014 da Comissão sobre governação⁵ identifica três requisitos principais: uma forte liderança política, um processo de decisão eficaz e uma boa organização.

A boa governação exige também que as funções sejam claramente definidas numa fase precoce: quem será responsável pela execução da estratégia e de que modo esta será realizada, quem lançará as ações conjuntas e quem as financiará. A governação deve ter uma dimensão política e operacional, incluindo os ministérios competentes e os organismos de execução e acompanhamento estratégico e a definição de objetivos comuns. A estratégia não tem como objetivo a substituição das estruturas existentes, mas assegurar que uma melhor coordenação e uma melhor cooperação possam produzir melhores resultados.

A base do sistema de governação da estratégia é a estabelecida na Declaração de Milão das regiões e dos Estados alpinos, em conformidade com a resolução política de Grenoble, o relatório da Comissão sobre a governação das estratégias macrorregionais⁶ e as conclusões do Conselho de 21 de outubro de 2014. Estrutura-se em três níveis interrelacionados: 1) Liderança política e apropriação; 2) Coordenação; e 3) Execução. Em cada nível, os diferentes intervenientes dos Estados e as regiões participantes reúnem-se em assembleia geral, em comissão executiva e em organismos de execução.

A Comissão atuará como mediador independente e participará ativamente na coordenação global da estratégia, mas o seu êxito irá depender do empenhamento determinado e duradouro dos principais parceiros e partes interessadas. O plano de ação da estratégia prevê mais pormenores sobre os princípios orientadores essenciais dos seus mecanismos de governação.

4. FINANCIAMENTO

Dado que a estratégia não possui financiamento próprio, será realizada essencialmente através da mobilização e do alinhamento dos atuais fundos nacionais e dos fundos da UE relevantes para os objetivos e ações. Os Estados-Membros e as regiões afetadas pela estratégia deveriam comprometer-se a recorrer a este financiamento para implementar o plano de ação. Em especial, os programas nacionais específicos, transfronteiriços e transnacionais dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para 2014-2020 poderão apoiar a estratégia com recursos significativos e uma vasta gama de opções técnicas e instrumentos. O programa transnacional «Espaço Alpino» prestará apoio financeiro para o desenvolvimento de disposições relativas à governação da estratégia.

⁴ Ver PE — Departamento Temático B: Políticas estruturais e de coesão: novo papel das macrorregiões na cooperação territorial europeia PE 540.349 (janeiro de 2015).

⁵ Relatório da Comissão sobre a governação das estratégias macrorregionais, COM(2014)284 de 20 de maio de 2014.

⁶ COM(2014) 284 final, adotado em 20 de maio de 2014.

A abordagem por país e por região da política de coesão pode provocar nas zonas fronteiriças:

- 1) uma fragmentação de esforços (por exemplo, partes da infraestrutura estão construídas mas não revertem num máximo de benefícios, uma vez que outros troços são ainda inexistentes);
- 2) uma sobressaturação de investimento (por exemplo, aeroportos);
- 3) uma falta de sinergias entre atividades similares; e
- 4) uma falta de atenção aos problemas transfronteiriços (p. ex. poluição atmosférica).

A estratégia deve, por conseguinte, centrar-se em ações destinadas a identificar prioridades supranacionais ao escolher projetos de investimento que poderiam beneficiar da programação conjunta e da coordenação transfronteiras na região.

É igualmente possível recorrer a outros fundos da UE e instrumentos relevantes para os objetivos da estratégia, podendo obter-se sinergias e complementaridades com o financiamento dos FEEL, nomeadamente:

- programa Horizonte 2020 (para todos os objetivos);
- programa COSME (para o objetivo n.º 1);
- mecanismo Interligar a Europa (para o objetivo n.º 2) e
- programa LIFE (para o objetivo n.º 3);

Estão ainda disponíveis outros tipos de financiamento, sobretudo do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos, do Banco Europeu de Investimento e de outras instituições financeiras internacionais. Além disso, serão também mobilizados recursos orçamentais nacionais e regionais, em especial nos países terceiros abrangidos pela estratégia, uma vez que estes não recebem financiamento da UE.

Tais fundos e instrumentos devem resultar num importante efeito de alavanca e atrair financiamento proveniente de investidores privados. A estratégia deve igualmente tirar partido do trabalho realizado através de outras estratégias macrorregionais de financiamento inovador.

5. RELATÓRIOS E AVALIAÇÃO

Dado que as estratégias não possuem financiamento próprio, só podem ter uma influência sobre as políticas e o modo como são aplicadas. Para avaliar os efeitos das alterações resultantes da aplicação desta estratégia, podem ser utilizados dois tipos de indicadores:

- **indicadores de resultados** para medir a cooperação e, em particular, as mudanças na forma como os parceiros colaboram, por exemplo, uma melhor coordenação das políticas/dos instrumentos nacionais e da UE em toda a região;
- **indicadores políticos** para avaliar os aspetos políticos e, em especial, as mudanças na governação, situação socioeconómica e ambiental na região alpina (em resultado de uma maior cooperação).

Será necessário um forte sistema de monitorização e avaliação para verificar se a aplicação da estratégia se encontra no bom caminho e para avaliar em que medida a estratégia está a atingir os seus objetivos. Esta será uma das primeiras tarefas dos parceiros na estratégia, com o apoio da Comissão Europeia, peritos externos e o programa «Espaço Alpino», conforme adequado. O sistema basear-se-á num conjunto de indicadores regionais, que são recolhidos, validados e partilhados pelo Eurostat.

A avaliação será baseada no trabalho dos coordenadores de objetivos e dos responsáveis do grupo de ação, que terão de apresentar um relatório sobre os progressos obtidos na realização dos objetivos acordados.

Embora o principal indicador de sucesso seja a aplicação do plano de ação, devem igualmente ser desenvolvidos urgentemente indicadores mais aperfeiçoados, capazes de captar as alterações que a estratégia deverá permitir realizar.

Os Estados-Membros e as regiões afetadas pela estratégia irão organizar um fórum anual para avaliar os resultados, proceder a consultas sobre as ações revistas e, se for caso disso, desenvolver novas abordagens.

6. LIGAÇÃO COM AS POLÍTICAS DA UE

A presente estratégia não implica alterações à legislação da UE, visando reforçar as políticas da UE pertinentes para a região⁷. Fomenta uma maior conformidade com as obrigações legais da UE, a supressão de lacunas e dificuldades práticas que provoquem atrasos, nomeadamente em relação ao mercado único e ao ambiente⁸. A estratégia sublinha uma abordagem integrada, reunindo diferentes políticas para a implementação territorialmente coordenada das políticas da UE. Sublinha os laços entre políticas e programas da UE, incluindo as estratégias da UE em matéria de mercado único digital,⁹ de biodiversidade¹⁰ e de florestas¹¹, bem como de adaptação às alterações climáticas,¹² os programas-quadro de I&D da UE e os programas de desenvolvimento rural. A execução da estratégia deverá ser coordenada com os respetivos trabalhos de execução das estratégias conexas da UE para a região do Danúbio e para a Região Adriática e Jónica. O programa INTERACT pode desempenhar um papel central neste contexto. Procurar-se-ão também sinergias com outros organismos intergovernamentais que tenham o mesmo alcance geográfico que o âmbito de aplicação da estratégia.

7. QUE TRARÁ A ESTRATÉGIA À POPULAÇÃO?

Os objetivos da estratégia foram escolhidos para trazer prosperidade económica e bem-estar às pessoas e às organizações na Região Alpina:

- **Pessoas.** O impacto a longo prazo nas pessoas da região é claro: uma vida mais saudável e uma melhor preservação ambiental, graças a um quadro mais bem pensado e mais coordenado de políticas que visam o desenvolvimento sustentável de soluções conjuntas para os transportes, a energia e o património natural e cultural. Estas políticas também deverão proporcionar mais oportunidades de emprego na região, especialmente as que dizem respeito às ligações de transporte melhoradas, que permitam às pessoas permanecer ou regressar a zonas remotas. Estas vantagens resultam dos benefícios da livre circulação de pessoas.
- **Instituições e organizações do setor público** (incluindo académicas/de investigação). Estas organizações estão empenhados num processo de cooperação forte mas

⁷ Tais como a política de gestão dos riscos de catástrofes, as redes transeuropeias (transportes e energia), o futuro das comunidades dos transportes, o segundo pilar da Política Agrícola Comum, etc.

⁸ Nomeadamente as diretivas Aves e Habitats, Água, Estratégia Marinha, nitratos, qualidade do ar ambiente, valores-limite de emissão nacionais e sobre resíduos.

⁹ http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-4919_en.htm.

¹⁰ COM(2011) 244 (<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0244&from=EN>).

¹¹ COM(2013) 659 (http://ec.europa.eu/agriculture/forest/strategy/index_en.htm).

¹² COM(2013) 216.

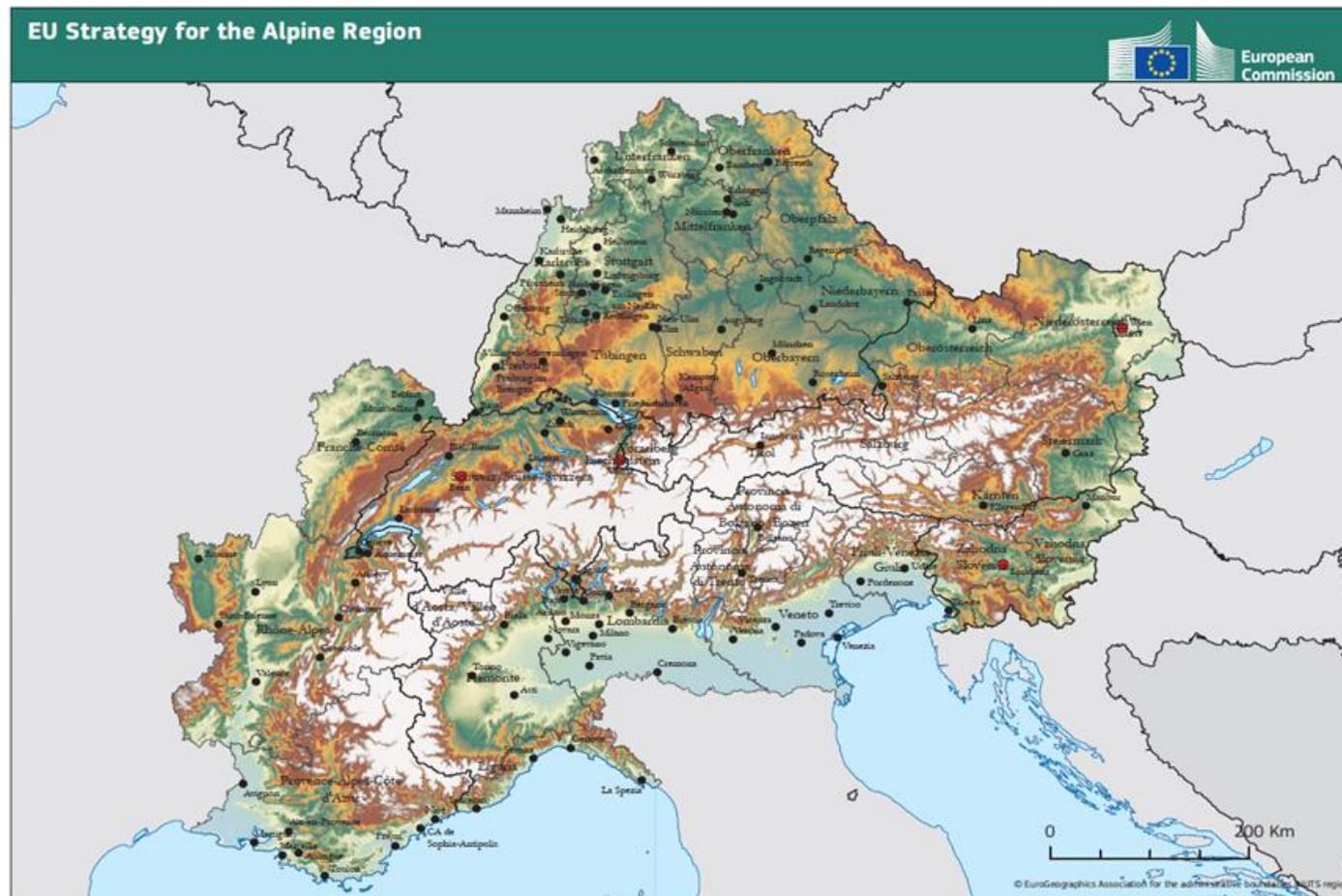
complexo. Assim, indicam claramente a sua intenção de melhorar a sua eficiência na execução das políticas e ações num quadro de maior cooperação (incluindo o objetivo de poupar dinheiro através de uma tomada de decisões de modo mais informado e mais coordenado).

- **Setor económico/empresarial.** Este setor irá beneficiar das mesmas vantagens que a população em geral. As empresas beneficiarão igualmente de um ambiente económico mais dinâmico com base no desenvolvimento de novas atividades em domínios que ainda estão por explorar e que, se for bem explorado numa cooperação bem orientada com outros parceiros da região (países associados a centros de investigação, organismos de formação e educação, agrupamentos de empresas, etc.), poderá aumentar significativamente a produtividade e o posicionamento do setor privado da região.
- **Organizações da sociedade civil** ligadas a áreas políticas. O novo modelo de governação que conduziu a uma ampla consulta na elaboração da estratégia será prosseguido na fase de execução da estratégia e permitirá aumentar o sentimento de apropriação das ações e projetos de apoio aos objetivos da estratégia.

Ao fornecer um quadro geral e sustentável a longo prazo para coordenar as políticas, aumentar a cooperação territorial e executar ações para alcançar os objetivos acordados, a estratégia deverá transformar a região num lugar melhor para se viver, trabalhar e desfrutar, e irá prepará-la para os desafios e oportunidades do século XXI.

Por conseguinte, a Comissão convida o Conselho a aprovar a presente comunicação. O Parlamento Europeu, o Conselho, o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu são convidados a examinar o presente relatório.

Annex : Map of the EU Strategy for the Alpine Region with 7 States and 48 regions participating¹



¹ AUSTRIA (Burgenland, Kärnten, Niederösterreich, Oberösterreich, Salzburg, Steiermark, Tirol, Vorarlberg, Wien), FRANCE (PACA, Rhone Alpes, Franche-Comté) GERMANY (Baden-Württemberg, Bayern) ITALY (Lombardia, Liguria, Friuli Venezia Giulia, Veneto, Provincia Autonoma di Bolzano, Provincia Autonoma di Trento, Valle d'Aosta, Piemonte), SWITZERLAND (Aargau, Appenzell Ausserrhoden, Appenzell Innerrhoden, Basel-Landschaft, Basel-Stadt, Bern/Berne, Fribourg, Genève, Glarus, Graubünden/Grigioni, Jura, Luzern, Neuchâtel, Nidwalden, Obwalden, Schaffhausen, Schwyz, Solothurn, St. Gallen, Thurgau, Ticino, Uri, Valais/Wallis, Vaud, Zug, Zürich).